



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
GABINETE DA CONCILIAÇÃO  
PLATAFORMA AMBIENTAL E INDÍGENA – ROTA BIOCEÂNICA

## MEMORIAL DE REUNIÃO

Às 17h do dia 31 de agosto de 2023, por videoconferência, reuniram-se o Juiz Federal Fernando Nardon Nielsen, a Juíza Federal Marisa Claudia Gonçalves Cucio, o Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, Dr. Eduardo Pelela (Ministério Público Federal da 3ª Região), Dra. Fátima Aparecida de Souza Borghi (Ministério Público Federal da 3ª Região – Demandas Ambientais), Pedro Paulo Grubits Gonaçalves de Oliveira (Procurador da República no Mato Grosso do Sul), Dra. Candice Gabriela Arosio (Ministério Público do Trabalho/MS), Adriano Silva Soromenho (AGU), Dr. Ruberval Maciel (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul), Sr. Euro Nunes Varanis Júnior (DNIT), Nídia Buzin (CONJUR), Prof. Afranio José Soriano Soares (UEMS), Rogério Lezino Costa Leite (Secretaria Nacional de Transportes Rodoviários), Ednilson Lopes da Silva (AGESUL/SEILOG –MS), Fabio Ayres (UEMS), Tatiane Dias de Oliveira Inoue e Rodrigo Correa do Couto, com intuito de tratar acerca de questões atinentes à Rota Bioceânica, em especial o atropelamento de animais silvestres na rodovia.

Dr. Fernando informou que está na condução dos trabalhos pois o Dr. Carlos Muta está em compromisso de inspeção em outro Tribunal, a Dra. Ana Lucia Iucker está representando o Dr. Muta em evento do Tribunal. Explicou que o objetivo da Plataforma institucional é a aproximação entre os participantes, para que consigam resolver problemas e dilemas propostos. Recordou as questões apontadas na última reunião: a) necessidade de disponibilização do EVTEA da Rota Bioceânica; a questão do projeto “Estrada Viva”, um grande projeto que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul tem nas rodovias estaduais de Mato Grosso do Sul, com foco especificamente na questão ambiental e mortalidade de animais; c) MPT havia apontado a questão das relações trabalhistas que terão implicações em razão da Rota Bioceânica; d) questões referentes às unificação e centralização dos procedimentos envolvendo a Rota Bioceânica.

Dr. Fernando expôs que o aprofundamento das discussões será a partir da questão envolvendo a mortalidade de animais e o que pode ser feito para mitigar essa mortalidade na Rota Bioceânica, que envolve diversas estradas, não só federais, mas também estaduais. Nesse sentido, seria interessante direcionar o debate para o EVTEA (Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) da Rota Bioceânica como um todo, que poderá dar bom indicativo da questão ambiental. O segundo ponto a ser tratado é o Projeto “Estrada Viva”, que o Dr. Ruberval conhece bastante, feito nas estradas estaduais na região do Pantanal, que também pode servir de paradigma para as rodovias federais que farão parte da Rota Bioceânica. Também questionou se há algum estudo, seja pelo IBAMA, pelos órgãos estaduais, ou mesmo pelo IPEA, ou pelo Ministério Público Estadual ou Federal, em relação ao fluxo de veículo nessas rodovias, se há informações sobre a mortalidade atualizada em cada uma dessas rodovias, o que

seria um parâmetro interessante para balizar as discussões nas reuniões da Plataforma, bem como se há uma projeção de futuro também desse fluxo, de quanto irá aumentar e a projeção futura de mortalidade de animais nessa região.

Sr. Ruberval explicou que a UEMS tem acompanhado a implementação do projeto da Rota Bioceânica desde 2017/2016, sendo que hoje há duas linhas: coordenação de uma rede Internacional chamada UNI-RILA (Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana), que tem universidades do Brasil, Paraguai, Chile, Argentina; a segunda é um projeto grande dentro da UEMS, chamado “UEMS Na Rota”, que hoje tem 138 pesquisadores e 115 bolsistas, conta com vários eixos e já iniciou os seus trabalhos. Há, também, outro trabalho, voltado para a questão ambiental, que é o trabalho realizado pelo Prof. Afrânio no “Projeto Estrada Viva”. Ainda há um outro que pode ser interessante para discutir futuramente, que é fazer um georreferenciamento das áreas de risco, com as áreas de maior impacto, por exemplo, de travessia de animais, locais que poderiam ter sinalização, locais de tráfego de cargas perigosas, locais de danos ambientais e uma série de outras questões, sendo este projeto de coordenação do professor Fábio Ayres.

O Prof. Afrânio, professor da UEMS, explicou que o “Projeto Estrada Viva” começou como um projeto de monitoramento na BR-359, de Coxim a Alcinópolis, e depois se tornou um programa da AGESUL, portanto, um projeto do Governo Estadual. Hoje se diferencia o “Projeto Estrada Viva” da Universidade e o “Projeto Estrada Viva” da AGESUL, que é uma Política Pública. Apontou que um aumento do fluxo de caminhões na rodovia muda toda a frequência e todo o cenário de colisão com animais. Hoje o “Estrada Viva”, dentro da estrutura de Governo do Mato Grosso do Sul, está com certa relutância quando se diz que é preciso um “SAMU animal silvestre”. Aponta a dificuldade que existe ao precisarem transportar os animais regatados nas rodovias, oriundos de atropelamentos ou não, até Campo Grande (MS), e a necessidade de pontos espalhados para o atendimento a esses animais. Traz a preocupação em relação ao volume de caminhões nas rodovias, precisando ser criada alguma forma de adesão a um trabalho de educação ambiental, para que possam ser entendidos os hábitos dos animais que serão encontrados ao transitarem pelas rodovias. Um outro projeto que existe, mas que ainda não foi aplicado ao “Projeto Estrada Viva” é, nas rotas monitoradas, criar um refúgio de vida silvestre, em compensação às perdas da biodiversidade. Com o “Projeto Estrada Viva” foram detectados pontos de maior incidência de atropelamentos de animais, que quase sempre coincidem com baixadas de rios e corpos d’água, locais em que há necessidade de diminuir a velocidade e também fazer passagens por baixo da rodovia, inclusive aproveitando as que já existem, como passagens de drenagem. Nas estradas construídas hoje no Mato Grosso do Sul, estão sendo edificadas passagens que permitam o trânsito de animais. Explicou que ainda não há efeitos práticos desse monitoramento, pois as propostas ainda não foram de fato implantadas. Até onde se sabe, algumas ações no mesmo sentido foram implementadas na BR-262, mas não fazem parte do “Projeto Estrada Viva”.

Sr. Euro Nunes expôs, quanto ao EVTEA, a questão da sua confidencialidade, porém já encaminhou à coordenação geral, em Brasília, solicitando a liberação, para que possa passar as informações, mas ainda não teve retorno. Para a Rota Bioceânica, por iniciativa da superintendência, já estão preparando alguns dispositivos de cercamento nas passagens de animais que foram projetadas. O próprio programa de

acompanhamento de atropelamento de fauna será instalado após a execução da obra, bem como há a solicitação de autorização de operação nas rodovias, inclusive a BR-267 está nesse meio e, dentro desse escopo, serão empreendidas todas as ações necessárias para mitigação de acidentes, observação de como foi o funcionamento desses aparelhos colocados e a melhoria disso ao longo do tempo. Então, na Rota, já estão previstos alguns cercamentos, monitoramento e todos os acompanhamentos necessários.

Fabio Ayres, da UEMS, trouxe informações da experiência para o desenvolvimento das atividades ao longo da Rota. Explicou que trabalham com gestão e ordenamento territorial no âmbito dos instrumentos, na escala de municípios, tanto o plano diretor quanto o zoneamento ecológico econômico, sendo o zoneamento ecológico econômico um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, de 1981, que foi regulamentada em 2002 por Decreto. Participaram do trabalho em linha de pesquisa, quando participaram de uma comissão que tratava de prevenção de acidentes com produtos perigosos ao longo das rodovias e, há 10 anos, fizeram um monitoramento ao longo da BR-262 e BR-163, identificando fragilidades e os pontos que poderiam ser de apoio. Então, ao longo do monitoramento preventivo, foram mapeadas e identificadas as áreas de risco para acidentes com produtos perigosos, considerando inclinação do terreno, morfologia, geologia, recursos hídricos e outros. Hoje não há esse monitoramento ao longo da Rota Bioceânica ou dos acessos que vão compor a Rota.

Sr. Ednilson explicou que está como diretor de meio ambiente AGESUL e estão reestruturando o “Programa Estrada Viva”, reconsiderando vários procedimentos que antes eram adotados, executando alguns planejamentos anteriores e implantando novos também. Expôs que a Rota Bioceânica tem sido observada, com toda a sua grandiosidade e importância, com preocupações. Questionou o DNIT com relação ao EVTEA, levantamento anterior de fauna e previsão de monitoramento de eficiência de dispositivos de monitoramento ao longo das vias, como cercas e radares, pois, em determinadas situações e momentos, podem não funcionar da forma que se espera. Apresentou também a preocupação com relação ao aumento de tráfego que vai ocorrer.

O Sr. Euro esclareceu que há, sim, previsão, da implantação posterior de dispositivos pré-projetados, basicamente para cercas e passagem de fauna, bem como contratação de acompanhamento para verificar eficácia dos dispositivos implantados. Todavia, não está previsto o levantamento de fauna viva ao longo da Rota.

A tenente-coronel Tatiane, chefe do Centro de Proteção Ambiental do Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso do Sul, disse que já esperado impacto nas atividades do Corpo de Bombeiros do Estado em razão da efetivação da Rota Bioceânica, com o aumento de acidentes que envolvam animais silvestres, o que, inclusive, já é vivenciado na região da BR-262. Hoje utilizam a *expertise* de um grupo de resgate técnico de animais, que surgiu de uma iniciativa voluntária de médicos veterinários, contando hoje com voluntários em todo o estado. Esse grupo está regulamentado dentro da SEMADDESC (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação), tendo um gerenciamento de emergências para situações pontuais, o que seria bem diferente das ações rotineiras colocadas pelo Prof. Afrânio. Ao se depararem com animais lesionados, trabalham com o atendimento aos animais silvestre pelo CRAS (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres), em Campo Grande, e a Fundação Municipal do Meio Ambiente, em Corumbá. Informou que haverá um *workshop* no dia 26 do próximo mês, organizado pela defesa civil do estado, citando

o nome do Coronel Djan. Será um evento muito importante para colocar a par das novidades em relação aos produtos perigosos, o que vai ser uma realidade na Rota Bioceânica. Apontou a importância de monitoramento por câmeras na Rota, com um centro de monitoramento, a exemplo do que ocorre nas rodovias administradas por concessionárias.

Dr. Fernando Nardon ressaltou a importância de participação em *workshops* para ter mais conhecimento sobre a matéria e estreitar as relações entre as instituições. Apontou a importância de contar com representante do IBAMA presente na próxima reunião. Sintetizou os dois eixos principais apresentados na reunião: a colisão de veículos com animais e acidentes com cargas perigosas, sendo que ambos impactam diretamente o meio ambiente. Solicitou ao Sr. Euro para que faça os encaminhamentos junto ao DNIT de Brasília para a disponibilização do EVTEA, ao menos no que diz respeito à parte ambiental, para aprofundamento das questões trazidas. Apontou que os participantes podem trazer, na próxima reunião, outros temas interessantes para abrir possibilidade de ter outro eixo a ser discutido. Sugeriu que as instituições façam tratativas fora da plataforma para verificar outras possibilidades de eixos de atuação para abordagem, podendo ser enviado e-mail para a servidora Elaine e o Gabinete da Conciliação.

Nada mais, para constar eu, Cristy Rôse de Azevedo, RF 3837, redigi o termo.